

Este documento ha sido descargado de:
This document was downloaded from:



**Portal *de* Promoción y Difusión
Pública *del* Conocimiento
Académico y Científico**

<http://nulan.mdp.edu.ar> :: @NulanFCEyS

+info <http://nulan.mdp.edu.ar/241/>

REFLEXÕES SOBRE ATRATIVOS TURÍSTICOS HISTÓRICOS

Mário Jorge Pires
Universidad de San Pablo

RESUMO

O presente trabalho propõe não apenas categorizar recursos históricos, partindo-se de uma nomenclatura mais atualizada, mas, ao mesmo tempo, adaptar à realidade brasileira o complexo conjunto de variáveis que compõe uma fórmula de ponderação de atratividade turística deste tipo de recurso.

Palavras chaves: Atrativos culturais - metodologia de pesquisa em turismo - fórmulas de atratividade - turismo cultural.

REFLECTIONS ON HISTORIC TOURIST ATTRACTIONS

ABSTRACT

This article is focused on the categorization of historic resources, using as a departure point a more updated terminology. At the same time, it appeals to the adjustment of a complex set of variables - which make up an analytic formula of tourist attraction to such kind of historic resources- to the Brazilian reality.

Key words: Cultural attractions – research methodology in tourism – tourist attraction formulae – cultural tourism

INTRODUÇÃO

Dentro da temática do turismo cultural, pouca importância tem sido dada à organicidade que pode haver entre bens históricos que formam conjuntos, a uma espécie de diálogo entre edificações e entre estas e logradouros. Do mesmo modo, raramente se contemplam métodos que hierarquizam atrativos históricos em função de demandas específicas e, levando-se em conta a noção de que o todo é geralmente mais do que a soma das partes, quase nunca são abordados os facilitadores ligados às idéias de acessibilidade, para além dos pólos emissores ao atrativo, porém entre os próprios elementos que compõem conjuntos de bens históricos.

Tudo isso será arbitrário, tão quanto qualquer outro método que se julga sério mas classificador, pois as possibilidades conceituais dos atrativos turísticos são múltiplas, porque igualmente múltiplos podem ser os critérios de agrupamento.

Ao mesmo tempo em que louva as iniciativas até então empreendidas para inventariar e categorizar os atrativos culturais, este trabalho pretende ser uma contribuição aos esforços anteriores e, neste sentido, devem ser entendidas algumas das críticas conceituais, necessárias para incrementar o debate de idéias.

Classificação existente

A partir de ações esparsas no sentido de criar uma metodologia e inventariar atrativos turísticos, empreendidas por vários Estados da Federação, e trabalhos realizados em diversos países, incluindo os critérios da UNESCO e da OEA, a EMBRATUR optou pelo modelo da OEA para os atrativos culturais.

Embora a metodologia da EMBRATUR contemple todos os componentes da chamada Oferta Turística, a proposta e os objetivos do documento, depois de revisto e ampliado a partir de um pré-teste realizado em Mangaratiba-RJ, enquadram-se para os atrativos históricos, em particular. A finalidade pretendida de ser eminentemente prática expressou-se principalmente nos itens de "oferecer um estudo sistemático da oferta turística e elaborar um inventário dessa oferta de uma cidade, estado ou país; quantificar e qualificar os atrativos inventariados, permitindo assim a sua avaliação; estudar problemas diversos próprios de cada um dos atrativos inventariados; facilitar a adoção de medidas precisas de proteção e ordenação dos recursos turísticos através de sua planificação regional e estabelecer uma hierarquia ou uma prioridade para utilização dos atrativos existentes e orientar a política de desenvolvimento turístico nos diversos níveis" (EMBRATUR, 1984 : 7).

Do ponto de vista da tipologia empregada para o inventário poder-se-iam fazer sérias restrições. Algumas das mais graves referem-se ao subitem intitulado "monumentos", que tem como subdivisão: arquitetura civil, arquitetura religiosa/funerária, arquitetura industrial/agrícola, arquitetura militar, ruínas, escultura, pintura e outros legados.

Mesmo deixando à parte alguns rigores da ortodoxia conceitual da área de arquitetura, esta categorização pode criar empecilhos para um levantamento que, em última instância, visa um inventário a serviço da utilização turística. Se, neste método, opta-se por uma tipologia baseada nas funções primordiais dos bens, ao invés de uma que leve em conta o potencial de atratividade, então deveria ao menos haver um maior empenho do trabalho das definições empregadas.

Sob o título de "arquitetura civil" estão "as edificações, públicas ou privadas, urbanas ou rurais, com funções de residência, ensino e pesquisa, serviço e comércio" (EMBRATUR, 1984: 131). Isso significa que estão na mesma caixa uma modesta edificação residencial, uma Casa da Câmara e Cadeia e um chafariz público. Aliás, torna-se difícil na prática enxergar uma Casa da Câmara e Cadeia ou um chafariz público de abastecimento de água, como arquitetura civil. Para bens desta natureza costuma-se utilizar a expressão "arquitetura oficial", onde são classificados os aquedutos, as Casas da Câmara e Cadeia, os chafarizes e até as fortificações, embora estas até mereçam um item à parte (Reis e Barreto, 1978). Este exemplo deixa clara a dificuldade de se categorizar segundo sua função: uma casa capitular deveria estar em arquitetura religiosa ou civil? Que dizer de um Palácio do Governador que é, ao mesmo tempo, uma fortificação? (Ávila et alii, 1980).

Desde sua proposta inicial, não foi intenção da EMBRATUR criar um método de inventário que se resumiria a um mero banco de dados isolados, inoperante porque não levava a uma etapa posterior de visualização do conjunto, ou seja, das concentrações de atrativos, equipamento e infra-estrutura de apoio turístico. O mapeamento ou registro gráfico dos diversos elementos de cada categoria visava, portanto, favorecer os trabalhos de planejamento turístico.

Esta metodologia não apresenta, entretanto, quais os parâmetros que estabeleceriam o diálogo entre os diversos componentes integrantes do mapeamento. Algo que tenuamente entra neste assunto fica por conta do item 14 do formulário, intitulado observações complementares, onde nas orientações de preenchimento consta a nota de informar a existência ou ausência de equipamento e serviços de caráter permanente ou eventual diretamente vinculados ao atrativo que facilitem ao visitante o uso do mesmo, tais como instalações sanitárias, restaurantes, bares, cantinas, estacionamentos, informações turísticas, mirantes/ belvederes, teleféricos, marinas e "demais informações relacionadas

com o atrativo que se tornem necessárias para completar os objetivos do trabalho" (EMBRATUR, 1984:54)

Fatores de ponderação

Mesmo considerando algumas vantagens na metodologia empregada pela OEA, outra que objetiva, antes de tudo, dar uma visão de conjunto dos atrativos históricos e da forma como eles se articulam para um melhor aproveitamento turístico, representa um verdadeiro avanço frente à primeira que, não obstante observar a importância de uma planta cartográfica turística, tendo como componentes os bens históricos, na prática operacional apresenta sérias limitações, inerentes à classificação pela via da fragmentação.

No intento de superar alguns problemas relativos à metodologia da OEA, Leno Cerro faz menção ao "fator de ponderação", concernente à zona abordada para inventário, corrigindo a hierarquia inicial do recurso através da introdução de três elementos: a conectividade, a concentração de recursos e a oferta de alojamento (Cerro, 1993: 40).

Com base em trabalho realizado em 1986, os pontos básicos levam em consideração a acessibilidade (conectividade), graduada de 01 a 04 com base em parâmetros de quantidade e qualidade de vias de acesso - privilegiando-se as auto pistas - ao atrativo; concentração, variando de 01 a 05, calculando-se pela soma do que chamou de "hierarquias primárias", ou seja, desde atrativos capazes de atrair uma demanda internacional, chegando-se àqueles sem méritos e de papel puramente complementar; e, por último, de modo semelhante, as localidades com apartamentos, restaurantes e restauração, com graduação de 01 a 05.

O fator de ponderação é calculado multiplicando-se o número encontrado nos três elementos adicionando-se uma constante:

$$FP(x) = FC(x) \cdot FCR(x) \cdot FHR(x) + K$$

onde:

$FP(x)$ = fator de ponderação da zona x

$FC(x)$ = fator de conectividade

$FCR(x)$ = fator de concentração de recursos

$FHR(x)$ = fator de locais de alojamento e restauração

K = constante ($k=1$)

A grande vantagem deste método é a de valorizar o caráter plural de atrações em uma dada localidade, partindo-se da idéia-chave de que a presença de diversos recursos

associados ou próximos a um recurso principal aumenta consideravelmente o poder de atração turística, ou a associação de vários atrativos de escassa importância pode ensejar um atrativo superior à soma de todos, desde que se utilize de forma consciente a técnica das "hierarquias primárias".

Esses autores não estão sozinhos. Outros pesquisadores têm notado as vantagens da integração de diversos bens históricos visando incrementar a visitação turística. Nakayama ressalta com que outros recursos (culturais ou naturais) cada bem histórico pode integrar-se harmonicamente, podendo isso servir de base e argumentação para o emprego na própria comunicação com o turista (Nakayama, 1993: 85).

Algumas variáveis a serem consideradas

Antes de qualquer tentativa de trabalho com as categorias que possibilitam verificar os fatores de atratividade, cabe definir algumas expressões ainda confusas para a área de estudos de turismo, porque usadas indiscriminadamente como sinônimos em situações em que, absolutamente, assim não se apresentam. São elas:

a) Preservação: é uma intervenção legal no bem histórico. Neste sentido, pode ser considerada sinônimo de tombamento. Aquilo que, em princípio, foi considerado como importante a ponto de justificar sua permanência à posteridade, recebe assim a proteção legal, integrando o inventário dos bens que, originalmente, consistia no livro do tombamento. Hoje em dia pode ocorrer nas diferentes esferas: UNESCO, como patrimônio da humanidade, que é o exemplo de Ouro Preto ou Olinda; IPHAN, instituto responsável pelo tombamento no âmbito nacional; CONDEPHAAT, na esfera do Governo do Estado de São Paulo ou DPH e outros órgãos, no âmbito municipal da Cidade de São Paulo.

b) Restauração, conservação: se a preservação trata do aspecto legal, a restauração é uma intervenção física no bem histórico de forma a manter sua integridade. Comumente, a restauração ocorre como uma intervenção drástica visando objetivos que variam do essencial, que é manter de pé certa edificação ou localidade, até reestabelecer suas características o mais próximas possível da obra original. O grau de realce da pintura ou mesmo o tipo de material a ser empregado varia enormemente de acordo com as "escolas" de restauro, gerando muitas vezes bastante polêmica na imprensa. A conservação, por outro lado, é uma intervenção mais leve, realizada em geral diuturnamente com o propósito de afastar do bem tudo que possa de alguma maneira prejudicá-lo. Nos raros exemplos brasileiros, um bem recebe o seu tombamento em bom estado; cabe então ao proprietário (público ou privado) conservá-lo naquele bom estado.

c) Deslocamento: é a remoção de bens históricos do local em que originalmente foram construídos ou gerados. Embora não tão comuns, edificações e grandes monumentos

são também passíveis de deslocamentos. O grande exemplo mundial é o do templo de Abu-Simbel, no Egito, que envolveu complexa tecnologia nesta operação. No Brasil é digno de nota o deslocamento do portão da Real Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro, símbolo da Missão Artística de 1816, que foi transferido para o Jardim Botânico com o alargamento da atual Avenida Pereira Passos. Os casos mais comuns de deslocamentos referem-se aos acervos de museus, onde conjuntos de bens históricos são transferidos dos seus lugares originais para dentro de edificações com a finalidade de pesquisa e visitação.

d) Réplica: é a reprodução de um original, no qual se respalda. Embora este conceito pressuponha a existência de um original, pode ocorrer que por algum incidente este venha a se perder, permanecendo apenas uma ou mais cópias que se basearam em um protótipo. Neste caso, mesmo sem a existência do original, mantém-se a definição de réplica para estas reproduções. Estas são amplamente justificáveis por diferentes razões, como a exposição que por algum motivo coloque em perigo o bem original. O exemplo clássico é o do David de Michelângelo, recolhido da poluição para o ambiente controlado do museu, tendo sido colocado no local uma réplica. Também são construídas cópias perfeitas de ferramentas e máquinas antigas para manuseio do público em museus interativos, deixando os delicados originais em exposição.

e) Reconstrução: é a recriação de um bem histórico já desaparecido, no local onde se encontrava o original. Isso se justifica no caso de fatos importantes para uma localidade ou nação terem ocorrido nesse bem histórico. Tem sido aceita, igualmente, no caso de residências de protagonistas de eventos importantes, como a casa de Benjamin Franklin, em Filadélfia. Para a recriação de um bem desaparecido em local diferente do original, o termo mais empregado internacionalmente é reprodução.

f) Reutilização: é o reaproveitamento de edificações e artefatos para usos diversos daqueles para os quais foram originalmente concebidos. As possibilidades são praticamente infinitas e no Brasil muitos são os exemplos, como em Ouro Preto, a antiga Casa da Câmara e Cadeia transformada em Museu da Inconfidência; em Petrópolis-RJ, a residência de verão de D. Pedro II hoje abriga o Museu Imperial. Inúmeros são os casos de conventos tornados em museus, solares em casas de cultura ou pousadas, além das variadas destinações dadas a objetos antigos em outros contextos.

Método da "alavancagem múltipla"

Levando-se em conta o lado positivo dos métodos anteriores, com principal realce para o "fator de ponderação", porém não se limitando a suas premissas, vem o método de "alavancagem múltipla". Neste, a categorização tipológica dos bens históricos já parte da noção de conjuntos muitas vezes orgânicos, tendo por objetivo o realce da atratividade. Além disso, a conectividade ganha contornos mais complexos com a introdução do

conceito ampliado das "inibições geográficas" e, por último, outro redimensionamento na ponderação das chamadas qualidades intrínsecas dos bens, indo para além dos itens comuns, tais como identidade visual, representatividade, autenticidade, valor estético, valor didático, para chegar a uma equação onde o maior peso pode ser dado àquilo que é realizado nos bens históricos para atrair visitantes.

Tendo como ponto de partida a tipologia dos bens históricos, esta categorização não deixa de usar, de forma modificada, as idéias que tornaram notáveis os levantamentos levados a cabo por diferentes órgãos que têm como tarefa inventariar e proteger o patrimônio histórico, porém o enfoque para contemplar a área de estudos dos deslocamentos humanos levou a adaptações que, provavelmente, escandalizariam um arquiteto ortodoxo, mas talvez recebesse a simpatia de geógrafos e, por mais paradoxal que à primeira vista possa parecer, de alguns especialistas em marketing. Assim, podem ser vistos da seguinte maneira:

a) Bem histórico isolado

Sob o prisma da visitação turística, o seu isolamento não impede que possua uma grande atratividade. Em geral tem sua importância por razões específicas: pode nela ter ocorrido algum episódio marcante; seu proprietário pode ter sido um homem ilustre e/ou a edificação chama atenção pelo luxo, grandiosidade ou mesmo pela bizarrice. Certo tipo de castelo na Europa constitui-se em bom exemplo. No Brasil, sedes antigas de engenho ou de fazendas de café outrora pertencentes a titulares do Império ilustram bem este tipo. Edificação urbana, situada na malha de uma grande metrópole também não se exclui, o que enseja uma reflexão sobre o caráter do isolamento.

O exemplo clássico de bem histórico isolado é o de dois atraentes castelos muito próximos, porém separados por um caudaloso rio entre a vegetação que os cerca, sem ponte e sem permitir deslocamentos por embarcações. Deduz-se, portanto, que a simples variável da proximidade não representa, por si só, garantia de integração, não obstante poder-se objetar que a proximidade permite o usufruto pela visualização. Neste caso, para não entrar em terreno que beira questões de ordem quase filosófica, poder-se-ia dizer que a existência de um componente tênue que os une representa débil fator para uma efetiva integração entre estes dois bens históricos.

No caso acima o empecilho que impede a integração é de ordem natural, porém em centros urbanos outros fatores podem fazer parte da lista:

- . Vias expressas com inexistentes ou distantes passarelas para pedestres;
- . Trânsito intenso;

- . Abundância de ruas com pouco trânsito, porém com semáforos a que os turistas a pésão obrigados a se submeter ;
- . Desvirtuamento de função de vias de acesso: homens-tabuleta e ambulantes;
- . Delinquência;
- . Má receptividade ao visitante na zona do bem histórico.

Embora os dois últimos empecilhos digam respeito a aspectos que se relacionam diretamente ao campo de abrangência das Ciências Sociais, deve-se ter em conta que o tratamento dado a eles, neste caso específico, diz respeito ao espaço urbano e as possibilidades ou não de acesso ao recurso turístico, por isso inserem-se na definição de "inibidores geográficos".

Para o efeito operacional, estes inibidores podem receber tratamento semelhante àquele dado às "hierarquias primárias" que integram os "fatores de ponderação". Jamais se deve esquecer, contudo, que tanto o levantamento inventarial, quanto os "inibidores geográficos" do método de alavancagem múltipla representam sempre o momento, portanto são circunstanciais e como tais é que possuem seu valor, pois tanto os bens históricos mudam no decorrer do tempo, como também mutável é o seu meio circundante e também o perfil da demanda visitante.

Como nos métodos anteriores, o acesso quase sempre foi visto a partir do prisma dos pólos emissores - o que é uma obviedade - e como tal mensurado, os inibidores geográficos representam um avanço, pois lidam também com a realidade de acesso dentro do próprio pólo receptor, o que nem sempre é tão óbvio assim e comumente ignorado. Cidades problemáticas como São Paulo e Rio de Janeiro ganham, com isso, um novo instrumental, já que estão longe de serem monolíticas ou homogêneas como pólos receptores.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à relatividade dos inibidores geográficos em função da demanda, pois no inventário da alavancagem múltipla não existem meios de acesso bons ou maus como valores absolutos, pois tudo vai depender do que se pretende realizar no recurso e do perfil da demanda de turistas. Um exemplo nas Cidades Históricas Mineiras ilustra bem este ponto. Duas igrejas barrocas estão muito próximas uma da outra, porém uma encontra-se em cima de um morro, sendo seu acesso feito a partir da primeira por uma vereda bastante íngreme. Em um primeiro momento a tentação seria colocar uma baixa numeração por haver um forte inibidor geográfico. Esta atitude está absolutamente correta quando se pensa em uma demanda de terceira idade tendo que escalar o morro, mas converge para o erro quando o local é visitado por jovens estudantes secundaristas e universitários, também comuns na cidade e dispostos a tal "proeza".

Fichas de inventário com critérios absolutos, principalmente quando se referem a meios de acesso ao atrativo hoje podem ser consideradas obsoletas, se é que em algum momento funcionaram. Estradas bem pavimentadas são sem dúvida importantes, porém não abrangem a atual realidade das múltiplas modalidades de turismo. Seria altamente improvável que as localidades da Serra da Bocaina, servidas por estradas de terra e que hoje são visitadas por jipeiros e demais adeptos do chamado turismo ecológico ou de aventura, se tivessem boas estradas pavimentadas recebessem mais turistas, pois o seu grande apelo é a paisagem com reduzida intervenção do homem. Ainda que aumentassem o fluxo, não haveria garantia alguma que isso representasse um benefício geral para a atividade turística da região, porque seria às custas de uma descaracterização maior dos atrativos naturais e, dependendo do tipo de turista, uma maior quantidade podia não compensar a qualidade.

Em suma, ao se fazer o inventário devem ser levadas em consideração as possíveis demandas para os atrativos. No caso dos bens históricos não basta saber o acesso a eles a partir dos pólos emissores, ou dos pólos intermediários - que costumam ser as pequenas cidades dotadas de alguma infra-estrutura de serviços - mas, principalmente, o acesso entre estes bens. Criteriosas descrições de uma igreja colonial comprovando sua importância artística e pedagógica mas que não fazem menção à possibilidade ou não de alavancá-la com outro bem histórico do entorno serão sempre dificultadoras à prática operacional.

A caracterização tipológica dos bens históricos representa o passo inicial no processo do inventário, porém deve levar em consideração o diálogo entre os bens e isso é constatado in loco pelo pesquisador no ato da pesquisa de campo. O levantamento preliminar de gabinete sobre os recursos turísticos de uma zona continua sendo imprescindível, como igualmente importante é a elaboração de uma planta cartográfica mostrando a disposição espacial entre eles. O trabalho de mapeamento, contudo, está longe de ser encerrado nesta etapa. A configuração final da planta turística terá, necessariamente, de passar pelo teste da realidade com a experiência pessoal do pesquisador em constatar facilidades ou não na sua peregrinação pelos bens históricos.

b) Complexo histórico

Conceito empregado por estudiosos de preservação do patrimônio histórico, sua utilização em turismo apresenta grandes vantagens, uma vez que agrega valor de atratividade aos bens. Chama-se complexo histórico o conjunto dos componentes orgânicos de um bem ou o conjunto de bens onde cada um desempenhou (ou ainda desempenha) uma função complementar ao outro. O grande exemplo internacional de complexo histórico é Versalhes, com seu palácio, edificações complementares e mais os grandes jardins (Fitch, 1981: 24).

A preservação destes complexos os torna excepcionalmente didáticos para a sua utilização no turismo cultural, uma vez que a organização da funcionalidade do espaço no passado é reveladora de muitos aspectos da vida cotidiana em vários períodos da história.

A idéia de monumentalidade pode estar presente, mas não é condição indispensável para a definição de complexo histórico. Os exemplos brasileiros podem mostrar adequadamente este fato. Na chamada colina histórica da cidade de São Paulo há o Pátio do Colégio, local da fundação pelos jesuítas em 1554 que, a partir de uma pequena capela, empreenderam a catequese do índio no planalto. Após a segunda expulsão dos jesuítas no século XVIII, por ordem do Marquês de Pombal, a construção (depois de sucessivas reformas) passou a servir de palácio do governo. Uma drástica intervenção no século XIX demoliu o que sobrou da capela, restando, porém, algumas antigas taipas. De qualquer forma, durante o período de 1765 a 1908 o local serviu de residência a mais de uma centena de governantes (Moraes, 1979: 41). Ainda no final do século XIX, por iniciativa governamental, Ramos de Azevedo contruiu duas grandes edificações em estilo neoclássico ao lado do palácio do governo, destinadas a abrigar a Secretaria de Agricultura e a Secretaria da Fazenda. Reconstruída a igreja, hoje o Pátio do Colégio pode ser considerado um complexo histórico, posto que houve uma relação intrínseca entre as edificações: todas possuíam uma finalidade administrativa. Em que pese o fato de ter sido a atual igreja reerguida quando o local não era mais ocupado pela sede do governo, o caráter simbólico do Pátio perpetuou-se, mostrando a existência de um diálogo entre aquelas edificações que comungam o mesmo espaço urbano.

A este exemplo de monumentalidade, contrapõem-se outros não tão suntuosos, mas também importantes. Igrejas juntas: Ordem Primeira e Ordem Terceira, compartilhando o mesmo adro ou não, tendo a antiga casa paroquial anexa são exemplos comuns em todo o país de complexos históricos. Normalmente sob o ponto de vista pedagógico e turístico mostram mais do que simplesmente uma igreja isolada. Algumas vilas operárias, construídas no final do século passado ou início deste século, ao redor de fábricas, foram dotadas pelos industriais de escolas, armazém e igreja; são complexos históricos ligados ao trabalho.

Igualmente importantes são os complexos produtivos na região rural. Casas-Grandes ao lado de capelas, mais os terreiros de café, canaletas d'água para a lavagem e senzalas formam complexos históricos importantes para historiadores e arquitetos, mas podem possuir boa atratividade turística.

A monumentalidade sem dúvida contribui para maior atratividade, mas se um bem assim caracterizado faz parte de um complexo, sua importância turística tende a aumentar. O Convento da Luz, na cidade de São Paulo, é sem dúvida uma grande obra da arquitetura religiosa do período colonial, mas o que contribui para torná-lo ainda mais atraente é o fato de possuir um espaço, delimitado por antigos muros, que vai muito além

da edificação, e dentro dele haver convento, igreja aberta à visitação, cemitério das religiosas e uma grande área verde, remanescente da antiga chácara conventual. O fato de estar enterrado nesta igreja o beatificado Frei Galvão e parte do convento funcionar como o importantíssimo museu de arte sacra, potencializa ainda mais este complexo, porém estes dois últimos aspectos merecerão uma abordagem especial, mais adiante.

O que caracteriza um complexo é antes de tudo a sua organicidade: componentes que se integram a um bem ou bens que se complementam mutuamente, como partes de um mesmo corpo. Isso pressupõe a inexistência de inibidores geográficos físicos entre eles ou, se existir algum, será por razões bastante especiais.

c) Mancha histórica

Em muitas grandes cidades do Brasil, incluindo algumas capitais, o processo de desenvolvimento urbano fez com que a preservação dos bens históricos ficasse seriamente comprometida. As vezes quarteirões inteiros de edificações seculares são demolidos numa rapidez que nem mesmo os mais ágeis organismos de tombamento - e no caso brasileiro são bastante lentos - poderiam evitar. O resultado disso é a existência de microrregiões com casario antigo ilhadas por largas avenidas e construções modernas. Formam, de fato, manchas na região urbana.

A atratividade neste caso será diretamente proporcional ao grau de descaracterização da mancha, posto que não se estão colocando neste momento variáveis do tipo conservação dos bens históricos, pois pertencem a outra categoria de análise.

Quando nem todos os bens estabelecem um diálogo entre si, como acontece em um complexo histórico, porém existe uma identidade sobretudo visual no conjunto está-se diante de uma mancha histórica. Nada impede, entretanto, que em uma mancha ou mesmo em um complexo haja um bem histórico em especial que, por si só, possua tanta importância que seja capaz de atrair visitantes, como, de resto, pode ser provável que no interior de uma mancha situe-se um complexo histórico. Porém, a mancha será, neste caso, maior do que o complexo, porque abrigará outros bens históricos sem organicidade entre eles.

Muitas vezes estas manchas recebem por parte de organismos de preservação ou mesmo de turismo a denominação de núcleos históricos, o que aliás, diz bem pouco, pois poderia se tratar de um importante complexo de interesse pedagógico e turístico e, neste caso, com a denominação genérica, não receberia o merecido realce.

Conjuntos de casas antigas usadas como residência ou mesclados com comércio são bons exemplos de manchas históricas, mas em alguns casos a diferença entre um

complexo e uma mancha pode ser muito sutil e, em outros, praticamente impossível de precisar com segurança. Em situações assim pesa o bom senso do pesquisador que jamais poderá esquecer o parâmetro principal de medida, que é a atratividade turística e a pergunta essencial que deverá ser feita é se a possível relação de funcionalidade entre os bens interessa sob a ótica de quem visita o local.

d) Distrito histórico

As grandes cidades brasileiras normalmente dividem administrativamente sua área em bairros ou distritos. Em muitos casos os próprios bairros também são divididos em distritos ou subdistritos. De qualquer forma a palavra distrito neste caso está sendo empregada como sinônimo de unidade administrativa; assim, pode ou não coincidir com o próprio bairro, dependendo da situação.

Bairros inteiros históricos são bastante comuns em certos países europeus, mas não no Brasil. Uma mancha histórica pode extrapolar os limites administrativos de um, dois ou até três bairros, não por ser necessariamente grande, mas por estar estrategicamente situada entre estes limites. Havendo vontade política no incremento da atividade turística, o ideal seria considerar uma mancha que recebe grande número de visitantes, um distrito próprio, voltado administrativamente à atividade.

e) Cidade histórica

Considera-se cidade histórica aquela que possui a maior parte dos seus bairros ou distritos como históricos. Curiosamente este conceito no Brasil é mais empregado por guias manuais de turismo do que pelos organismos de preservação ou até mesmo por aqueles oficialmente responsáveis pelo turismo. Depreende-se, a partir de algumas plantas turísticas estaduais, que se a cidade possui um patrimônio histórico de relevo, mas é carente de infra-estrutura para a atividade turística, recebe, por isso a denominação de "cidade histórica"; mas, se por outro lado, possuir - além do patrimônio - as chamadas condições de receber o visitante de outras localidades seu status será o de "estância turística".

Mesmo tendo como certo que qualquer tentativa de categorização estará sempre sujeita a boa dose de subjetividade, deve-se reconhecer que a expressão "estância turística" nada esclarece sobre o que verdadeiramente se constitui em fator de atratividade destes locais, estando mais sensatas as categorias de guias turísticos publicados.

O interesse dos aspectos históricos aliados a outros pode intervir na categorização de uma cidade. É o caso de São Vicente no litoral paulista que recebeu em 1965 o título de "Cidade Monumento", por ter sido a mais antiga povoação oficialmente fundada no Brasil,

1532, tendo como fundador o próprio donatário da Capitania de São Vicente, Martim Afonso de Sousa. Gozando das prerrogativas de ser cabeça da capitania até 1681, a cidade é considerada "Célula Mater" e berço da municipalidade brasileira (Marques, 1978: 250). Embora esteja longe de ser uma cidade histórica segundo a conceituação até aqui empregada, porque seus bens históricos são poucos e disseminados por boa parte do núcleo urbano, São Vicente vem sabendo utilizar-se de seu passado privilegiado, mas fazendo uso de uma outra dimensão de aproveitamento turístico ligado ao passado: a ambientação de base histórica (exposta mais adiante).

É fato que do ponto de vista teórico uma cidade histórica constitui-se também num grande complexo, mas esta especulação tem pouco valor para a prática do turismo, porque em grande medida já é esperado que uma cidade possua esta organicidade que se traduz em bens que continuam desempenhando suas funções primordiais: culto religioso, moradia, escola, armazém etc. Neste sentido, como complexo deve ser realçada se, por exceção, a organicidade for diferente da comumente esperada de uma cidade normal. O maior exemplo disso é Brasília.

Aspectos funcionais no método de "alavancagem múltipla"

Em uma reflexão apressada poder-se-ia deduzir que a categorização descrita acima tem como finalidade servir de suporte à aplicação de algo análogo à "hierarquia primária", atribuindo valores segundo graus de atratividade. Assim, teoricamente, um bem histórico isolado estaria em condição inferior a uma cidade histórica. Porém basta conhecer um pouco a realidade de locais históricos que recebem um fluxo de visitantes para constatar o quão falacioso é este caminho.

Deixando à parte todos os aspectos relacionados à infra-estrutura de apoio ao turista, que são muito importantes, mas não serão abordados neste trabalho, estes valores intrínsecos aos bens históricos - tratados até agora nesta análise - já são suficientemente fortes para provar que qualquer tentativa de hierarquização dissociada do tipo de demanda e da dimensão do uso que se faz dos bens tenderá ao fracasso.

Fórmulas complicadas podem funcionar muito bem quando se trabalha com variáveis reconhecíveis e mensuráveis, mas a situação muda de figura quando o aspecto qualitativo com boa dose de subjetividade entra em cena. Neste caso o grande trunfo é opor elasticidade à rigidez.

O maior diferencial da "alavancagem múltipla" é que não se propõe a ser um método acabado. Parte do pressuposto de que o melhor método é aquele que permite boas adaptações às especificidades. Os valores propostos na fórmula devem ser modificados sempre que a realidade assim o exigir. Tomando como base a nomenclatura descrita na obra de Cerro, a proposta tomaria o seguinte formato:

$$FP = FCI \cdot FCG \cdot 2FCR \cdot \overset{n}{FUR}$$

Sendo assim especificado:

- FP = Fator de ponderação
FCI = Fator de conectividade intrínseca
FCG = Fator de conectividade geral
2FCR = Fator de concentração de recursos
 $\overset{n}{FUR}$ = Fator de utilização de recursos

Entende-se por fator de conectividade intrínseca todas as variáveis ligadas aos inibidores geográficos interbens históricos, até então desprezados em trabalhos anteriores que partiam da ingênua idéia de que as dificuldades de acesso ocorrem apenas dos centros emissores para os centros receptores, sendo que estas realmente existem e podem ser consideradas dentro do fator de conectividade geral.

Se, no decorrer deste trabalho, foi defendida com certa veemência a idéia de que o conjunto dos bens históricos pode oferecer como resultado uma atratividade maior do que a simples soma das partes, justifica-se a presença de um numeral diferente de zero multiplicando o fator de concentração de recursos. Neste caso, pode-se seguir a tipologia acima descrita, mas deve-se deixar claro que o número multiplicador deste fator será adaptado em decorrência das necessidades da pesquisa.

O fator de utilização de recursos entra na fórmula potencializado. A razão disso foi esboçada anteriormente e deve ser de grande clareza a quantos já trabalharam com levantamento de recursos, sejam culturais ou não. Este fator será decisivo para o produto final, pois nele residem poderosos diferenciais de atratividade.

Um bem histórico isolado pode abrigar um museu e este possuir um bom acervo, que é um potencializador de atratividade. Igualmente importante no "fator de utilização do recursos" são os eventos em bens históricos. Nesta categoria entram as dramatizações ou recriações históricas que podem ilustrar algum episódio importante ocorrido no bem histórico ou mesmo o pedagógico evento de demonstrar o cotidiano de épocas anteriores, lançando mão não apenas de um roteiro baseado em pesquisa, mas de indumentária, gastronomia e componentes cenográficos (Pires e Basso, 1992).

Audições musicais, saraus e bailes de gala são igualmente importantes, desde que não se realizem de forma casual e episódica. Neste item o bom senso do pesquisador deve ser acurado ao potencializar o recurso, pois qualquer evento em bens históricos necessita

de uma periodicidade. É ela quem possibilita incluir a atração em um calendário de eventos, o preparo das empresas e organismos ligados ao turismo e das condições de infra-estrutura necessárias para receber os visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fugindo dos componentes intrínsecos aos bens históricos, estão todas aquelas condições que permitem as visitas espontâneas individuais ou as de grupos programados. Estas também podem ser incluídas na potência do "fator de utilização dos recursos", mas são amplas demais e mereceriam um trabalho à parte.

Obras recentes têm salientado os aspectos de incremento e gerenciamento de museus históricos a partir do enfoque de que a qualidade do produto cultural deve ser mantida sem esquecer a ampla gama de opções de lazer hoje oferecida à população (Boniface, 1997). As alternativas de lazer, juntamente com o apelo das facilidades oferecidas por locais como shoppings, estão merecendo atenção especial dos administradores de museus, casas de cultura e bens históricos. Pensar em visitar um palacete do Segundo Reinado com a família, como opção de lazer, em um país como o Brasil, torna-se uma aventura para poucos, dada a precariedade de condições oferecidas aos visitantes.

O método de "alavancagem múltipla", neste sentido, pode oferecer uma visão mais condizente com a realidade da utilização dos bens históricos brasileiros para atividades de turismo e lazer, porque o valor a ser encontrado no fator de ponderação prende-se em variáveis mais conhecidas no país e, desde que executado levando-se em conta a demanda pretendida, pode trazer algumas gratas surpresas aos gestores de turismo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS:

ÁVILA, Affonso et alii. 1980. Barroco mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação. São Paulo: Fundação João Pinheiro; Fundação Roberto Marinho; Cia. Ed. Nacional.

BENI, Mário Carlos. 1998. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC.

BONIFACE, Patrice. 1997. Managing quality cultural tourism. University of Newcastle.

CERRO, Francisco Leno. 1993. Técnicas de evaluación del potencial turístico. Madrid: Secretaría General de Turismo.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. 1998 Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura.

EMBRATUR. 1984. Metodologia do inventário da oferta turística. Rio de Janeiro.

FITCH, James M. 1981. Preservação do patrimônio arquitetônico. São Paulo: FAU-USP.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. 1978. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. São Paulo: EDUSP.

MORAES, Geraldo Dutra de. 1979. A igreja e o colégio dos jesuítas de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal.

NAKAYAMA, Lia Domínguez. 1993. Relevamiento turístico. Santa Fé: Centro de Estudios Turísticos.

PIRES, Mário Jorge e BASSO, Mylene Cyrino. 1992. Ambientação de base histórica: uma expressão de marketing. Turismo em Análise. São Paulo: ECA-USP, vol. 3, nº. 2.

REIS, José de Souza e BARRETO, Paulo Thedim. 1978. Arquitetura oficial I. São Paulo: MEC/IPHAN/FAU-USP.